

# Prefeitura Municipal de Barra do Mendes

Decreto



ESTADO DA BAHIA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES**  
Rua Álvaro Campos de Oliveira, 82 - Centro - CEP 44990-000  
CNPJ: 13.702.238/0001-00

**DECRETO N.º 47/2025 DE 27/01/2025**

## **CRIA A COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADES OU DE INTERESSE DO MUNICÍPIO DE BARRA DO MENDES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES, BAHIA**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Barra do Mendes, com fundamento na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais dispositivos legais aplicáveis.

### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica criada a Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis de Propriedade ou de Interesse do Município de Barra do Mendes, composta por 03 (três) membros, com a finalidade de realizar avaliações de bens imóveis de propriedade do município ou de particulares, para fins de alienação, aquisição, locação, doação, desapropriação ou permuta pela Administração Pública Municipal.

**Art. 2º** - Fica nomeada a Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis de Propriedade ou de Interesse do Município de Barra do Mendes, composta pelos seguintes membros:

- I. ALINE RODRIGUES DE CERQUEIRA, CPF 053.028.125.25  
CREA-BA 0519404645**
- II. TIAGO BASTOS DE AVELOIS, CPF 006.352.045-17**
- III. WEBSTER GOMES PEREIRA, CPF 637.369.855-68**

**Parágrafo Único:** Os Laudos de avaliação emitidos por essa Comissão deverão ser aprovados pela maioria simples dos membros nomeados.

**Art. 3º** - A Comissão realizará a avaliação dos bens imóveis indicados pelo Presidente da Comissão ou pelo Chefe do Executivo, convocando seus membros para reuniões com antecedência mínima de 03 (três) dias da data prevista para a realização.

**Art. 4º** - São atribuições da Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis:

- I. Pesquisar e analisar o mercado imobiliário local e regional;
- II. Acompanhar mudanças físicas e conjunturais que influenciem o valor venal dos imóveis;
- III. Desenvolver métodos de avaliação imobiliária;
- IV. Requerer informações dos órgãos municipais necessários ao cumprimento de seus objetivos;

# Prefeitura Municipal de Barra do Mendes



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES**

Rua Álvaro Campos de Oliveira, 82 - Centro - CEP 44990-000

CNPJ: 13.702.238/0001-00



- V. Seguir as normas técnicas de avaliação estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);
- VI. Avaliar imóveis do patrimônio público municipal sujeitos à alienação, doação ou permuta;
- VII. Avaliar imóveis particulares para aquisição ou aluguel pelo Poder Público Municipal;
- VIII. Homologar ou rejeitar avaliações de imóveis realizadas por terceiros;

**Art. 5º** - Os serviços prestados pela Comissão serão gratuitos e considerados de relevante interesse público.

**Art. 6º** - Os laudos de avaliação deverão ser elaborados e entregues no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da requisição, por meio de laudo de análise e avaliação.

**Art. 7º** - Os contratos de locação de bens imóveis para uso administrativo deverão observar as normas estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Decreto.

**Art. 8º** - A locação de imóveis pela Administração Pública de avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptação e do preço de amortização dos investimentos necessários, conforme exigências previstas no art. 51 da Lei Federal 14.133/2021.

§ 1º Será inexigível a licitação, admitindo-se a contratação direta, nos casos de locação de imóveis cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

§ 2º Nas locações de imóveis por inexigibilidade de licitação, serão observados os requisitos do § 5º do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021 e o disposto neste Decreto.

**Art. 9º** - Os contratos de locação deverão ser firmados sempre por prazo determinado, preferencialmente até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogados, mediante aditivo contratual, até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma de previsão do art. 108 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**Art. 10º** Ao final da vigência contratual, será promovida a vistoria do imóvel, de modo a verificar o seu estado de conservação e as eventuais indenizações e compensações.

**Art. 11º** - O valor mensal da locação do imóvel deverá ser compatível com os valores praticados no mercado, apurados por meio de pesquisa de preços e emitindo laudo de avaliação como previsto nos artigos 2º e 5º deste Decreto.

**Art. 12º** - Os contratos terão cláusulas de reajustamento do valor do aluguel com periodicidade mínima de 12 (doze) meses, devendo ser reajustado de acordo com o índice oficial utilizado pelo Município ou pelo IPCA-E, em caso de ausência, passando a valer, se devido, a partir da assinatura do contrato ou do último reajuste concedido.

# Prefeitura Municipal de Barra do Mendes



ESTADO DA BAHIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO MENDES**

Rua Álvaro Campos de Oliveira, 82 - Centro - CEP 44990-000

CNPJ: 13.702.238/0001-00



**Art. 13º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos à 23 de janeiro de 2025.

**REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, AFIXE-SE E CUMPRA-SE**

Barra do Mendes/Ba, 27 de janeiro de 2025.

MANOEL GABRIEL DOS SANTOS  
Prefeito de Barra do Mendes